Demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial em 31 de dezembro 2017 e de 2016 e relatório do auditor independente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas Banco Volkswagen S.A.

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial do Banco Volkswagen S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado do conglomerado prudencial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil ("BACEN"), descritos na nota explicativa 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do conglomerado prudencial previstas na Resolução no 4.280 do CMN e regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis.

Base para opinião com ressalva

O Banco registra as operações e elabora as suas informações contábeis com observância das práticas contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN), que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, classificada no ativo permanente (Nota 2(g)). Essas práticas não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a disposição da Lei nº 6.099/74, para as rubricas de ativos circulante, realizável a longo prazo e rendas/despesas de operações de arrendamento mercantil, mas propiciam a apresentação do resultado e do patrimônio líquido em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 - Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis, que divulga:

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial foram elaboradas pela Administração do Banco para cumprir os requisitos da Resolução nº 4.280, do CMN, e regulamentações complementares do BACEN.

Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações financeiras consolidadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre o qual emitimos relatório de auditoria com ressalva, devido ao ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência (ou insuficiência) de depreciação, datado de 27 de março de 2018.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de acordo com a Resolução nº 4.280 do CMN, e regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa 2-Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2018

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury Contadora CRC 1SP192785/O-4

BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	2017	2016
CIRCULANTE	8.253.145	9.741.206
Disponibilidades	12.572	13.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	346.564	910.326
Aplicações no mercado aberto	346.564	796.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	114.169
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	130.272	161.691
Carteira própria (Nota 4)	129.507	156.802
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	765	4.889
Operações de crédito (Nota 6)	6.972.739	7.927.474
Operações de crédito - setor privado	7.294.150	8.365.876
Provisão para operações de crédito - setor privado	(321.411)	(438.402)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.028)	(1.031)
Arrendamentos a receber - setor privado	93.235	49.755
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(92.898)	(49.495)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.365)	(1.291)
Outros créditos	742.938	647.521
Créditos tributários (Nota 18 (a))	209.872	400.319
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	223.208	40.087
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (Nota 6)	(1.942)	(257)
Diversos (Nota 7)	311.800	207.372
Outros valores e bens	50.088	82.213
Despesas antecipadas (Nota 8)	3.254	12.742
Outros valores e bens	46.834	69.471
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	6.640.989	7.365.464
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	<u> </u>	141
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	-	141
Operações de crédito (Nota 6)	4.956.710	5.985.532
Operações de crédito - setor privado	5.421.325	6.610.236
Provisão para operações de crédito - setor privado	(464.615)	(624.704)
Operações de arrendamento mercantil (Nota 6)	(2.163)	(7.447)
Arrendamentos a receber - setor privado	103.800	51.071
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(103.574)	(50.429)
Provisão para operações de arrendamento mercantil - setor privado	(2.389)	(8.089)
Outros créditos	1.685.319	1.383.415
Créditos tributários (Nota 18 (a))	956.483	753.517
Cicanos insularios (nota io (a))	728.836	629.898
Diversos (Nota 7)	4.400	3.823
	1.123	0.020
Diversos (Nota 7)	1.123	
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens	· · · · · · · · · · · · · · · · · · ·	3.823
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8)	1.123	3.823 193.758
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8) PERMANENTE	1.123 288.767	3.823 193.758 15
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8) PERMANENTE Imobilizado de uso - líquido de depreciação	1.123 288.767 11	3.823 193.758 15 163.673
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8) PERMANENTE Imobilizado de uso - líquido de depreciação Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g))	1.123 288.767 11 265.277	3.823 193.758 15 163.673 251.777
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8) PERMANENTE Imobilizado de uso - líquido de depreciação Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g)) Bens arrendados	1.123 288.767 11 265.277 322.866	3.823 193.758 15 163.673 251.777 (88.104)
Diversos (Nota 7) Outros valores e bens Despesas antecipadas (Nota 8) PERMANENTE Imobilizado de uso - líquido de depreciação Imobilizado de arrendamento (Nota 2 (g)) Bens arrendados Depreciações acumuladas	1.123 288.767 11 265.277 322.866 (57.589)	3.823 193.758 15 163.673 251.777 (88.104) 30.070 30.070

BALANÇO PATRIMONIAL – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2017	2016
CIRCULANTE	5.120.792	8.030.945
Depósitos (Nota 9)	1.599.605	1.446.326
Depósitos interfinanceiros	280.541	233.117
Depósitos a prazo	1.319.064	1.213.209
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	116.356	956.909
Recursos de letras financeiras	116.356	956.909
Obrigações por empréstimos (Nota 11)	215.285	1.660.661
Empréstimos no país	215.285	1.336.306
Empréstimos no exterior	-	324.355
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.833.681	2.508.762
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	353	532.599
Outras obrigações	1.355.512	925.688
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	4.178	3.366
Sociais e estatutárias (Nota 17)	513.668	74.847
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	174.525	112.382
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	24.851	32.785
Provisão para contingências (Nota 14)	183.630	49
Dívidas subordinadas (Nota 15)	105.347	100.697
Diversas (Nota 16)	349.313	601.562
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.315.442	6.510.839
Depósitos (Nota 9)	2.039.907	789.550
Depósitos interfinanceiros	62.689	
Depósitos a prazo	1.977.218	789.550
Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 10)	616.586	105.327
Recursos de letras financeiras	616.586	105.327
Obrigações por repasses - FINAME (Nota 12)	1.928.508	2.916.453
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	<u> </u>	146
Outras obrigações	2.730.441	2.699.363
Fiscais e previdenciárias (Nota 13)	147.442	111.164
Credores por antecipação de valor residual (Nota 6)	16.214	13.679
Provisão para contingências (Nota 14)	799.872	809.216
Dívidas subordinadas (Nota 15)	625.962	667.420
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 15)	1.099.305	1.001.922
Diversas (Nota 16)	41.646	95.962
RESULTADOS DE EXERCÍCIOS FUTUROS (Nota 2 (q))	116.793	128.770
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 17)	2.629.874	2.629.874
Capital social de domiciliados no país	1.307.883	1.307.883
Reserva de lucros	1.321.991	1.321.991
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.182.901	17.300.428

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

	2º semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	1.317.234	2.593.488	2.252.736
Operações de crédito	1.276.329	2.508.380	2.715.515
Operações de arrendamento mercantil	56.882	108.412	113.992
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	30.645	87.984	230.873
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)	(57.482)	(128.928)	(812.489)
Operações de venda de ativos financeiros	10.860	17.640	4.845
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(555.215)	(1.191.905)	(1.370.694)
Operações de captação no mercado	(257.568)	(544.358)	(741.691)
Operações de empréstimos e repasses	(89.516)	(234.994)	191.523
Operações de arrendamento mercantil	(37.126)	(71.868)	(88.364)
Provisão para devedores duvidosos (Nota 6 (f))	(171.005)	(340.685)	(732.162)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	762.019	1.401.583	882.042
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(380.041)	(604.578)	(697.467)
Receitas de prestação de serviços (Nota 20 (e))	106.006	215.592	228.118
Rendas de tarifas bancárias (Nota 20 (f))	29.568	56.478	62.750
Despesas de pessoal	(1.170)	(2.083)	(3.625)
Outras despesas administrativas (Nota 20 (b))	(196.676)	(349.513)	(406.362)
Despesas tributárias	(66.558)	(99.136)	(108.357)
Outras receitas operacionais (Nota 20 (c))	141.817	206.476	159.469
Outras despesas operacionais (Nota 20 (d))	(393.028)	(632.392)	(629.460)
RESULTADO OPERACIONAL	381.978	797.005	184.575
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 20 (g))	(15.997)	(29.211)	(34.578)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	365.981	767.794	149.997
Imposto de renda (Nota 18)	(55.242)	(152.633)	1.389
Contribuição social (Nota 18)	(28.414)	(101.493)	(8.582)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/ EXERCÍCIOS	282.325	513.668	142.804
Lucro por ação do capital social no fim do semestre / exercícios - R\$	0,90	1,64	0,46

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO Em milhares de reais

Subvenção de Reserva	
Capital social incentivos Reserva especial de Lucros realizado fiscais legal lucros acumulados	Total
realizado fiscais legal lucros acumulados	IOlai
Em 31 de dezembro de 2015 1.307.883 18.515 117.476 1.158.196 - 2	.602.070
Dividendos pagos (R\$ 0,13/ação) AGE 21/11/16 (40.153) -	(40.153)
Lucro líquido do exercício 142.804 Destinações:	142.804
Reserva legal - 7.140 - (7.140)	<u>-</u>
Dividendos propostos (R\$ 0,24/ação) AGE 30/12/16 (40.931) (33.916)	(74.847)
Reserva especial de lucros 101.748 (101.748)	-
Em 31 de dezembro de 2016 1.307.883 18.515 124.616 1.178.860 - 2	.629.874
Lucro líquido do exercício 513.668 Destinações:	513.668
Reserva legal 25.683 - (25.683)	-
	187.247)
	326.421)
Reserva especial de lucros 300.738 (300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017 1.307.883 18.515 150.299 1.153.177 - 2	.629.874
Em 30 de junho de 2017 1.307.883 18.515 136.183 1.178.860 219.776 2	.861.217
Lucro líquido do semestre 282.325 Destinações:	282.325
Reserva legal 14.116 - (14.116)	_
Juros sobre capital próprio (R\$ 0,60/ação) AGE 29/12/17 (187.247) (187.247)
	326.421)
Reserva especial de lucros 300.738 (300.738)	-
Em 31 de dezembro de 2017 1.307.883 18.515 150.299 1.153.177 - 2	.629.874

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - CONGLOMERADO PRUDENCIAL EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

2º	semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do semestre/exercícios Ajustes ao lucro líquido:	282.325	513.668	142.804
Amortizações e depreciações Resultado na baixa de bens de ativo intangível	5.801 -	11.474 -	10.802 5.782
Provisão para devedores duvidosos Juros de operações de dívidas subordinadas e instrumentos de dívida	171.005	340.685	732.162
elegíveis a capital Resultado de obrigações por empréstimos e instrumentos financeiros	84.679	167.106	201.502
derivativos	23.880	118.599	349.526
Provisão (reversão) para outros valores e bens	(8.616)	(8.685)	6.588
Recursos de consorciados - grupos encerrados Ajustes de passivos fiscais e previdenciárias e provisão para	(1.781)	(3.100)	(4.337)
contingências	189.041	268.070	137.764
Tributos diferidos	(31.170)	25.114	(165.130)
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS	715.164	1.432.931	1.417.463
Redução (aumento) em títulos e valores mobiliários e instrumentos			
financeiros derivativos	15.998	29.946	559.712
Redução (aumento) em operações de crédito e arrendamento mercantil	330.257	1.533.267	3.496.330
Redução (aumento) em outros créditos e outros valores e bens	(69.074)	(212.098)	59.687
Imposto de renda e contribuição social pagos	(59.549)	(129.312)	(30.227)
VARIAÇÃO DE ATIVOS	217.632	1.221.803	4.085.502
Aumento (redução) em depósitos	383.714	1.403.636	538.725
Aumento (redução) em recursos de aceites e emissão de títulos	119.170	(329.294)	(1.735.805)
Aumento (redução) em obrigações por repasses - FINAME	(665.983)	(1.663.026)	(2.125.839)
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos	(32.096)	(657.722)	(198.544)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	(876.107)	(1.434.827)	(1.499.099)
Aumento (redução) em outras obrigações	16.357	(337.266)	(815.046)
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	1.242	(11.978)	(86.425)
VARIAÇÃO DE PASSIVOS (1.053.703)	(3.030.477)	(5.922.033)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(120.907)	(375.743)	(419.068)
Aquisição de ativo intangível	(1.934)	(4.880)	(3.803)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(1.934)	(4.880)	(3.803)
Aumento (redução) em obrigações de dívidas subordinadas e			
instrumentos de dívida elegíveis a capital	(60.491)	(106.531)	(421.442)
Dividendos pagos	(74.847)	(74.847)	(40.153)
(=) CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(135.338)	(181.378)	(461.595)
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(258.179)	(562.001)	(884.466)
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	622.520	926.342	1.810.808
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período (Nota 2 (d))	364.341	364.341	926.342
(=) AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(258.179)	(562.001)	(884.466)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volkswagen S.A. (o "Banco") e demais entidades do conglomerado prudencial (conjuntamente, o "Grupo") estão autorizados a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações do Grupo são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.

As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2018.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.280/13 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras do Grupo incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(b) Consolidação

Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14, as demonstrações financeiras do conglomerado prudencial foram elaboradas a partir das demonstrações da instituição líder, o Banco, baseando-se em técnicas de consolidação de demonstrações financeiras.

Escopo de consolidação

Além do Banco, as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado prudencial, incluem as empresas abaixo, sobre as quais o Banco detém controle direto ou indireto.

Consórcio Nacional Volkswagen – Administradora de Consórcio Ltda. - CNVW, empresa que administra os recursos provenientes das cotas dos grupos de consórcio de veículos Volkswagen, na qual o Banco tem participação de 99,999996%, sendo assim controle direto.

Driver Brasil One Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma Sociedade de Propósito Específico - SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Driver Brasil Two Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

Driver Brasil Three Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Financiamento de Veículos - FIDC, uma SPE da qual o Banco adquiriu quotas subordinadas e retém substancialmente os riscos residuais relativos à sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2017

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do 2° semestre	Lucro líquido do exercício
Banco	15.435.884	12.806.010	2.629.874	15.435.884	282.325	513.668
CNVW	677.958	210.423	467.535	677.958	31.571	83.945
FIDC	101.770	1.359	100.411	101.770	13.960	37.175
Eliminações	(1.032.711)	(464.765)	(567.946)	(1.032.711)	(45.531)	(121.120)
Consolidado	15.182.901	12.553.027	2.629.874	15.182.901	282.325	513.668

Em 31 de dezembro de 2016

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Total do passivo e patrimônio líquido	Lucro líquido do 2° semestre	Lucro líquido do exercício
Banco	17.514.095	14.884.221	2.629.874	17.514.095	124.245	142.804
CNVW	537.419	153.829	383.590	537.419	67.037	115.869
FIDC	512.036	1.652	510.384	512.036	51.358	132.467
Eliminações	(1.263.122)	(369.148)	(893.974)	(1.263.122)	(118.395)	(248.336)
Consolidado	17.300.428	14.670.554	2.629.874	17.300.428	124.245	142.804

(c) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas de arrendamento mercantil calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.

Na administradora de consórcio, a taxa de administração devida pelos participantes do consórcio é reconhecida como receita por ocasião do recebimento das parcelas, e a despesa de comissão sobre a venda de quotas de consórcio é reconhecida no resultado quando do seu efetivo pagamento.

Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do CMN nº 3.604/08, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalentes de caixa compreendem:

_	2017	2016
Disponibilidades - depósitos bancários	12.572	13.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)		
Aplicações no mercado aberto	346.564	796.157
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	114.169
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	5.205	3.004
_	364.341	926.342

(e) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

(f) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:

- I Títulos mantidos até o vencimento adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
- II Títulos para negociação adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- III Títulos disponíveis para venda não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.

Os instrumentos financeiros derivativos (Nota 5) do Grupo foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos no resultado do exercício, inclusive as operações com finalidade de *hedge*, as quais são destinadas a *hedge* de risco de mercado.

(g) Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas a valor presente com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.

I - Operações de arrendamento mercantil

I. (i) - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear e as taxas de depreciação utilizadas são as normais admissíveis, sendo de 20% para veículos. Foi considerada a redução de 30% na vida útil-econômica do bem, de acordo com a Portaria MF nº 140/84.

I. (ii) - Perdas em arrendamentos

As perdas apuradas ao término dos contratos de arrendamento mercantil são registradas no imobilizado de arrendamento e são amortizadas nos prazos remanescentes da vida útil dos bens arrendados. No balanço patrimonial, estas perdas e as amortizações correspondem ao montante líquido de R\$ 2.325 (2016 - R\$ 10.289). Os ganhos são registrados no resultado.

I. (iii) - Superveniência/(insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento (item II) diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente. A superveniência/(insuficiência) de depreciação é registrada no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência.

A despesa de insuficiência de depreciação registrada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.158 (2016 - R\$ 23.595) e no segundo semestre de 2017 superveniência de R\$ 1.186 e está apresentada na rubrica de despesa com operações de arrendamento mercantil. O saldo acumulado da superveniência no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 35.584 (2016 - R\$ 38.742) e está registrado na rubrica de imobilizado de arrendamento.

(h) Provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

A provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos é fundamentada em análise das operações efetuadas pela administração para concluir quanto ao valor de realização de tais créditos e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais das carteiras, conforme estabelecido pela Resolução do CMN nº 2.682/99.

(i) Outros valores e bens

Referem-se a bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados no ativo circulante, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(j) Ativo permanente

Demonstrado ao custo de aquisição, líquido de depreciação do imobilizado e amortização do intangível, que são calculadas pelo método linear com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

(k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros do Grupo, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

(I) Demais ativos circulante e realizável a longo prazo

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

(m) Captações e emissões

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

(n) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

- I Ativos contingentes os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;
- II Passivos contingentes os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;
- III Obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

(o) Recursos de consorciados – grupos encerrados

Representam os valores transferidos para a administradora a título de recursos não procurados por consorciados, aplicados e remunerados em conformidade com os recursos de grupos de consórcio ativos, conforme disposto no artigo 26 da Lei nº 11.795/08.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(p) Imposto de renda e contribuição social

No Grupo a provisão para imposto de renda - IRPJ foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre determinados limites. No Banco a provisão para contribuição social - CSLL foi constituída à alíquota de 15% do lucro tributável antes do imposto de renda até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro de 2015 até dezembro de 2018.

O passivo tributário diferido decorre, principalmente, da atualização de depósitos judiciais e da superveniência de depreciação. Os créditos tributários foram constituídos com base nas alíquotas vigentes.

(q) Resultado de exercícios futuros

Representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

(r) Demais passivos circulante e exigível a longo prazo

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

	Aplicações no m	ercado aberto	Aplicações em depósitos interfinanceiros
	2017	2016	2016
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	554.236	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	136.499	241.921	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	210.065	-	-
Pós-fixado DI	<u> </u>	<u> </u>	114.169
	346.564	796.157	114.169

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda e possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são representados por aplicações em cotas de fundo de investimento, no montante de R\$ 124.302 (2016 – R\$ 153.798), com liquidez imediata, e são classificados como disponíveis para venda. A carteira do fundo é composta principalmente por investimentos em títulos públicos federais e operações compromissadas lastreadas nesses títulos, marcados a mercado. O valor de mercado e o custo amortizado para estas operações, na data base, são semelhantes.

O Grupo também possui aplicações em certificados de depósito bancário no valor de R\$ 5.205 (2016 – R\$ 3.004), com rendimento indexado pelo DI e vencimento até 90 dias, classificadas como disponíveis para venda.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na Central de Custódia de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na BM&F Bovespa - B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares.

Em 31 de dezembro, a carteira de derivativos é formada por operações de *swap* de taxa de juros e de variação cambial, conforme abaixo:

					2017
_	2º semestre				Exercício
-	Receita	Valor			Receita
Tipo	(Despesa)	nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI	3.658	71.781	347	-	7.699
Swap - DI x Pré	(6.291)	71.781	-	(353)	(7.980)
Swap de variação cambial -					
hedge de risco de mercado	(54.849)	200.000	418	-	(128.647)
- -	(57.482)		765	(353)	(128.928)
Circulante			765	(353)	
					2016
					Exercício
		Valor			Receita
Tipo	<u></u>	nocional	Ativo	(Passivo)	(Despesa)
Swap - Pré x DI		438.400	141	(146)	4.404
Swap - DI x Pré		438.400	159	(113)	(4.758)
Swap de variação cambial -					
hedge de risco de mercado		1.956.698	4.730	(532.486)	(812.135)
			5.030	(532.745)	(812.489)
Circulante			4.889	(532.599)	
Realizável/exigível a longo praz	0		141	(146)	

Hedge

A estratégia de *hedge* do Grupo visa proteger o risco da moeda estrangeira dos empréstimos no exterior, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de *hedge*, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor de mercado dos empréstimos no exterior. As operações de *hedge* mantidas pelo Grupo em 31 de dezembro são classificadas como *hedge* de risco de mercado e visam mitigar o risco de variação cambial.

2017

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

Para se proteger da exposição à variação cambial do dólar proveniente da contratação de empréstimos no país e no exterior, o Grupo possui contratos de *swap* a vencer até março de 2018 com valor nocional no montante de R\$ 200.000 (2016 - R\$ 1.956.698). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado com reflexo negativo no resultado de R\$ 128.647 (2016 – negativo em R\$ 812.135).

A efetividade apurada para a carteira de *hedge* está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de *hedge*.

6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

(a) Composição da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Operações de crédito	12.715.475	14.976.112
Operações de arrendamento mercantil	224.775	118.111
Outros créditos - títulos e créditos a receber	223.208	40.087
	13.163.458	15.134.310

(b) Valor presente da carteira de arrendamento mercantil

	2017	2016
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD)	563	902
Bens arrendados	316.739	231.883
Depreciação acumulada de bens arrendados	(89.371)	(117.241)
Superveniência de depreciação	35.584	38.742
Perdas em arrendamento a amortizar (valor residual)	6.127	19.895
Amortização acumulada de perdas em arrendamento	(3.802)	(9.606)
Credores por antecipação de valor residual	(41.065)	(46.464)
	224.775	118.111

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2022 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 87.176 (2016 - R\$ 83.544), sendo que desse total R\$ 41.065 (2016 - R\$ 46.464) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(c) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

2017

_		Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	484.117	484.117	69
Α	-	-	7.859.180	7.859.180	40.043
В	91.537	31.585	1.780.092	1.903.214	19.290
С	139.889	11.743	1.329.781	1.481.413	44.193
D	121.445	14.713	365.523	501.681	49.910
E	82.902	13.649	220.799	317.350	95.296
F	56.660	15.186	28.484	100.330	50.752
G	39.963	14.324	22.393	76.680	53.676
Н _	228.949	113.866	96.678	439.493	439.493
_	761.345	215.066	12.187.047	13.163.458	792.722

2016

		Curso anormal			
Nível de risco	Vincendas	Vencidos	Curso normal	Total	Provisão
AA	-	-	365.905	365.905	43
Α	-	-	9.345.416	9.345.416	47.955
В	315.633	28.450	1.901.535	2.245.618	22.417
С	274.921	23.394	997.119	1.295.434	38.815
D	164.178	17.834	488.929	670.941	67.095
E	84.072	27.826	176.358	288.256	89.279
F	82.674	17.448	60.279	160.401	80.296
G	47.479	23.851	52.374	123.704	88.208
Н	350.257	159.358	129.020	638.635	638.635
	1.319.214	298.161	13.516.935	15.134.310	1.072.743

(d) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

			2017
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	235.777	4.529.745	4.765.522
De 181 a 360 dias	180.916	2.609.213	2.790.129
Acima de 361 dias	344.652	4.990.907	5.335.559
	761.345	12.129.865	12.891.210
vencidos			
De 01 a 14 dias	23.943	57.182	81.125
De 15 a 60 dias	56.481	-	56.481
De 61 a 180 dias	93.091	-	93.091
De 181 a 360 dias	41.551	<u>-</u>	41.551
_	215.066	57.182	272.248
=	976.411	12.187.047	13.163.458

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

			2016
vincendas	Curso anormal	Curso normal	Total
Até 180 dias	385.125	4.866.696	5.251.821
De 181 a 360 dias	297.668	2.827.164	3.124.832
Acima de 361 dias	636.421	5.775.220	6.411.641
_	1.319.214	13.469.080	14.788.294
vencidos			
De 01 a 14 dias	10.865	47.855	58.720
De 15 a 60 dias	118.136	-	118.136
De 61 a 180 dias	102.694	-	102.694
De 181 a 360 dias	66.466	<u> </u>	66.466
<u>-</u>	298.161	47.855	346.016
_	1.617.375	13.516.935	15.134.310

(e) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2017	2016
Pessoas físicas	5.167.637	6.052.031
Outros serviços	4.360.481	4.971.371
Comércio	3.031.251	3.382.047
Indústria	543.159	663.662
Rural	28.519	39.899
Habitação	23.249	17.723
Intermediário financeiro	9.162	7.577
	13.163.458	15.134.310

(f) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos

	2º semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Saldo inicial	897.504	1.072.743	960.899
Constituição de provisão	171.005	340.685	732.162
Baixas por utilização	(275.787)	(620.706)	(620.318)
Saldo final	792.722	792.722	1.072.743

Foram recuperados créditos no montante de R\$ 380.494 (2016 - R\$ 237.513). Foram renegociados créditos no montante de R\$ 30.458 (2016 - R\$ 97.389) e o saldo das operações renegociadas com clientes, nos termos da Resolução do CMN nº 2.682/99, em 31 de dezembro é de R\$ 152.066 (2016 - R\$ 196.089).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

7. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	2017	2016
Devedores por depósitos e bloqueios judiciais (Nota 14 (a))	635.481	545.678
Devedores diversos - país, principalmente valores em trânsito	193.151	139.838
Impostos e contribuições a compensar	212.004	151.754
Total	1.040.636	837.270
Circulante	311.800	207.372
Realizável a longo prazo	728.836	629.898

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Refere-se, principalmente, a comissões de operações de crédito e arrendamento mercantil, originadas até 31 de dezembro de 2014, sendo apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos. As despesas apropriadas referentes a estas comissões no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 são de R\$ 11.920 (2016 - R\$ 36.858). O saldo acumulado das despesas antecipadas é de R\$ 4.377 (2016 - R\$ 16.565).

9. DEPÓSITOS

A carteira de depósitos está custodiada na CETIP, indexada a taxas pós-fixadas que variam de 96,5% a 106,0% do DI (2016 - 97,0% a 106,7% do DI).

Em 31 de dezembro, é composta como segue:

		2017		2016
	Interfinanceiros	A prazo	Interfinanceiros	A prazo
Até 90 dias	280.541	409.912	60.917	492.580
De 91 a 365 dias	-	909.152	172.200	720.629
De 1 a 3 anos	62.689	1.511.633	-	337.180
Acima de 3 anos	<u> </u>	465.585	<u> </u>	452.370
Total	343.230	3.296.282	233.117	2.002.759

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Referem-se a obrigações representadas por letras financeiras emitidas pelo Banco, custodiadas na CETIP, no montante de R\$ 732.942, indexadas a taxas pós-fixadas que variam de 104,0% a 105,0% do DI, com vencimento até julho de 2019 (2016 – R\$ 1.062.236 de 99,0% a 105,4% do DI, com vencimento até dezembro de 2018).

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Referem-se a captações de recursos no país e no exterior no valor de USD 63.857 (2016 - USD 495.000). O montante das obrigações por empréstimos atualizado em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 215.285 (2016 - R\$ 1.660.661) a taxas de juros prefixadas de até 2,5% ao ano (2016 – de até 4,5% ao ano).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

Estes empréstimos foram avaliados ao valor de mercado nas mesmas condições que seus instrumentos derivativos para a cobertura de riscos com a variação cambial e taxa de juros, por se tratar de item objeto de *hedge* de risco de mercado nos parâmetros estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/02 (Nota 5).

Em 31 de dezembro, os prazos de vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	2017_		2016
	No país_	No exterior	No país
Até 90 dias	215.285	-	1.336.306
De 91 a 365 dias	<u></u> _	324.355	
Total	215.285	324.355	1.336.306

12. OBRIGAÇÕES POR REPASSES – FINAME

Referem-se às obrigações por recursos obtidos para repasses junto à Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME. A distribuição das obrigações por repasses - FINAME por prazo de vencimento é:

	2017	2016
Até 90 dias	522.725	684.951
De 91 a 365 dias	1.310.956	1.823.811
De 1 a 3 anos	1.556.315	2.443.206
Acima de 3 anos	372.193	473.247
Total	3.762.189	5.425.215

13. OUTRAS OBRIGAÇÕES - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	2017	2016
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	161.877	101.508
Impostos e contribuições a pagar	41.500	41.081
Passivos tributários diferidos (Nota 18 (b))	118.590	80.957
Total	321.967	223.546
Circulante	174.525	112.382
Exigível a longo prazo	147.442	111.164

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

(a) Em 31 de dezembro, o Grupo apresentava os seguintes passivos relacionados a provisão para contingências e obrigações legais, e correspondentes depósitos e bloqueios judiciais:

	Provisão para contingências e obrigações legais		Depósitos e bloqueios judici	
_	2017	2016	2017	2016
Reclamações trabalhistas (Nota 14 (c))	78.529	12.338	7.867	9.470
Reclamações cíveis (Nota 14 (c))	182.027	176.837	91.247	65.688
Riscos fiscais	122.109	83.730	78.663	75.470
Obrigações legais (Nota 14 (c))	600.837	536.360	457.704	395.050
Total	983.502	809.265	635.481	545.678
Circulante	183.630	49	<u> </u>	
Exigível / realizável a longo prazo	799.872	809.216	635.481	545.678

(b) Em 31 de dezembro, a movimentação da provisão para contingências e obrigações legais é demonstrada a seguir:

	Provisão para contingências e obrigações legais			
	2º semestre		Exercícios	
	2017	2017	2016	
Saldo inicial	878.642	809.265	768.928	
Constituição (i)	167.935	246.195	149.708	
Reversão	(10.850)	(37.571)	(65.219)	
Baixa (ii)	(84.181)	(93.833)	(97.427)	
Atualização monetária	31.956	59.446	53.275	
Saldo final	983.502	983.502	809.265	

⁽i) Refere-se, principalmente, a constituição de provisão para contingências de reclamações trabalhistas (Nota 14 (c)).

A administração do Grupo avalia as possibilidades de perdas, ajustando a provisão para contingências conforme requerido. Em 31 de dezembro, as principais contingências provisionadas estavam relacionadas a processos judiciais de ordens trabalhistas, fiscais e cíveis em andamento. Baseada na opinião de seus advogados, a administração mantém registradas provisões em montante considerado suficiente para fazer face a perdas decorrentes do desfecho destes processos.

(c) A natureza das provisões para contingências e obrigações legais pode ser sumariada como segue:

Reclamações trabalhistas – tratam-se de ações trabalhistas que envolvem pedidos de diferenças salariais, enquadramento na categoria de bancário/financiário, pagamentos de horas extras, adicional de periculosidade, diferenças na participação nos lucros e resultados, pedidos de reconhecimento da responsabilidade solidária/subsidiária da Administradora, nos processos judiciais propostos por ex-empregados das empresas

⁽ii) Refere-se, principalmente, a baixa de obrigações legais (Nota 14 (d)).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(representantes de cotas de consórcios), contratadas pela Administradora, e os mais variados temas referentes ao contrato de trabalho, provisionadas com base na expectativa de êxito e valor discutido na ação judicial. A partir do segundo semestre de 2017, as provisões passaram a considerar o risco da ação desde a sua fase inicial, através da análise das teses discutidas e das situações fáticas de cada caso, assim como os impactos da reforma trabalhista, em relação aos honorários e atualizações.

Reclamações cíveis – as principais ações estão relacionadas a reclamações de clientes, órgãos e entidades diversas de defesa do consumidor, nas quais pleiteiam a revisão das cláusulas contratuais consideradas por eles abusivas nas operações de financiamento, e a restituição dos valores pagos a título de prestações de consórcio, decorrente da desistência ou exclusão de participante de grupo, provisionadas considerando a expectativa de êxito e histórico de perdas do Grupo.

Obrigações legais – referem-se, principalmente, à discussão da inconstitucionalidade da majoração da alíquota da CSLL paga pelas instituições financeiras de 9% para 15% e de 15% para 20% que somam o montante de R\$ 373.910 (2016 - R\$ 306.032); e à discussão quanto à adequada interpretação das regulamentações acerca da exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e CSLL, que somam o montante de R\$ 182.682 (2016 – R\$ 192.173); à provisão da CSLL, referente autuação da Receita Federal dos exercícios de 1999 a 2003, que contraria a decisão transitada em julgado a favor de entidade do Grupo, no montante de R\$ 14.265 (2016 – R\$ 13.754); à discussão quanto a adequada interpretação da Lei nº 9.718/98, relativa ao alargamento da base de cálculo e majoração da alíquota do Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como a discussão da dedução do ISS sobre a base de cálculo do PIS e COFINS, nos montantes de R\$ 1.752 (2016 – R\$ 1.383) e R\$ 7.728 (2016 - R\$ 3.358), respectivamente.

(d) Programa Especial de Regularização Tributária - PERT

Em setembro de 2017, o Banco aderiu ao PERT, previsto na Lei nº 13.496/17, perante à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e à Receita Federal do Brasil - RFB, para liquidação de débitos relativos a exclusão dos juros moratórios da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, no montante total de R\$ 223.085. O processo encontra-se na fase de consolidação de débitos perante à RFB e PGFN.

(e) Passivos contingentes, classificados como perdas possíveis não provisionados

O Grupo tem ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição a seguir:

	2017	2016
Tributárias		
IOF (i)	600.323	568.137
IRPJ/CSLL (ii)	303.604	247.086
ISS (iii)	267.982	159.131
CPMF (iv)	55.102	53.021
INSS (v)	-	24.898
Outros	63.319	54.755
	1.290.330	1.107.028
Cíveis		
Ações revisionais	26.509	22.858
	26.509	22.858

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

	2017	2016
Trabalhistas		
Reclamações trabalhistas (vi)	<u> </u>	14.716
		14.716

- (i) Discussão acerca da incidência de IOF sobre o ingresso de valores em 2007.
- (ii) Discussão de IRPJ/CSLL e multa referente amortização de ágio dos períodos de 2008 a 2012, decorrente da incorporação da Volkswagen Leasing S.A. Arrendamento Mercantil pelo Banco Volkswagen S.A.
- (iii) Discussão acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido de operações de arrendamento mercantil.
- (iv) Discussão acerca da aplicação da alíquota zero da CPMF incidente sobre captação de recursos para operações de arrendamento mercantil.
- (v) Discussão acerca da definição do responsável tributário pelo recolhimento do INSS incidente sobre o pagamento de bonificações em razão da intermediação de contratos de financiamento, sendo que, no segundo semestre de 2017 a sua classificação passou para risco provável.
- (vi) Processos passaram de risco possível para risco provável a partir do segundo semestre de 2017.

15. DÍVIDAS SUBORDINADAS E INSTRUMENTOS DE DÍVIDA ELEGÍVEIS A CAPITAL

Referem-se a notas de negociação de letras financeiras sob a condição de dívidas subordinadas nos termos de núcleo de subordinação com resgate final no vencimento, custodiadas na CETIP. Em 31 de dezembro, são compostas como segue:

	Valor origina	al da operação		Saldo
Prazo até o vencimento	2017	2016	2017	2016
Até 1 ano	52.972	55.353	105.347	100.697
De 1 a 3 anos	106.627	101.354	207.804	181.007
De 3 a 5 anos	130.924	115.292	248.533	201.272
De 5 a 10 anos	743.720	817.597	1.268.930	1.287.063
	1.034.243	1.089.596	1.830.614	1.770.039

Todas as operações são remuneradas a taxas prefixadas que variam de 8,7% a 10,7% ao ano (2016 – 8,7% a 10,9% ao ano).

Os instrumentos de dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 devem ser destacados em conta distinta, na rubrica "instrumentos de dívidas elegíveis a capital". Em 31 de dezembro de 2017, o montante referente a esses passivos é de R\$ 1.099.305 (2016 – R\$ 1.001.922). As demais operações continuam sendo registradas em "dívidas subordinadas", inclusive aquelas que possuíam aprovação do BACEN para compor o Nível II de capital anterior à norma vigente.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor utilizado como Nível II do patrimônio de referência do Grupo, após reduções aplicáveis de acordo com o prazo de vencimento das operações, é de R\$ 945.709 (2016 – R\$ 964.402).

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

	2017	2016
Contratos de financiamentos a pagar	123.488	60.240
Recursos de consorciados - grupos encerrados (Nota 2 (o))	95.263	72.473
Obrigações por cotas de fundos de investimentos	72.169	442.946
Recebimentos em trânsito a processar	44.951	25.982
Contas a pagar	40.215	76.423
Provisão para garantias financeiras prestadas (Nota 20 (h))	74	67
Outros	14.799	19.392
Total	390.959	697.523
Circulante	349.313	601.562
Exigível a longo prazo	41.646	95.961

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2016 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 21 de novembro de 2016, houve a aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 40.153.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2016, houve a aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 40.931 e, no valor total de R\$ 33.916, relativamente ao exercício corrente, como antecipação de dividendos obrigatórios, os quais foram ratificados pela Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 2017.

Na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2017, foram tomadas as seguintes deliberações:

- (i) Aprovação da distribuição de dividendos mediante a utilização da Reserva Especial de Lucros, no valor total de R\$ 326 421.
- (ii) Aprovação do pagamento de juros sobre capital próprio, a título de dividendo obrigatório do exercício de 2017 em conformidade com a Lei nº 9.249/95 com redação dada pela Medida Provisória nº 694/15, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros a Longo Prazo TJLP. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$ 187.247, foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto e o respectivo benefício fiscal mantido no resultado do exercício.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários do Grupo foram calculados e reconhecidos sobre diferenças temporárias, principalmente de provisões para perdas de operações de crédito e para contingências no valor de R\$ 1.166.355 (2016 - R\$ 1.153.836), considerando as expectativas de geração de lucros tributáveis, com base em estudos técnicos que consideram as projeções da administração quanto à sua realização.

(a) Créditos tributários - período de realização

					De 2022	
	2018	2019	2020	2021	a 2027	Total
Imposto de renda e contribuição social	209.872	352.041	100.108	61.512	442.822	1.166.355

O valor presente dos créditos tributários em 31 de dezembro totaliza R\$ 857.590 (2016 - R\$ 912.574) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

(b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

		Crédit	tos tributários		Passivos tributá	rios diferidos
	2º semestre		Exercícios	2º semestre		Exercícios
	2017	2017	2016	2017	2017	2016
Saldo inicial	1.109.606	1.153.836	968.204	93.011	80.957	60.454
Constituição	246.971	579.601	728.490	25.677	39.153	31.120
Realização	(190.222)	(567.082)	(542.858)	(98)	(1.520)	(10.617)
Saldo final	1.166.355	1.166.355	1.153.836	118.590	118.590	80.957

(c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Resultado antes da tributação	365.981	767.794	149.997
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(156.471)	(323.839)	(44.962)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:			
Juros sobre capital próprio (Nota 17)	84.261	84.261	-
Adições (exclusões) permanentes e temporárias	(21.992)	(26.363)	(6.517)
Compensação de prejuízo fiscal	-	-	9.671
Provisão CSLL (Nota 14 (c))	-	-	(4.438)
Efeito majoração da CSLL (5%) – crédito tributário	5.491	5.491	3.529
Deduções de incentivos fiscais (Nota 20 (g))	4.406	4.406	3.939
Crédito tributário constituído	1.459	1.459	29.630
Diferenças temporárias sem crédito tributário	(1.877)	-	-
Outros	1.067	459	1.955
Imposto de renda e contribuição social no semestre / exercícios	(83.656)	(254.126)	(7.193)

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	2º semestre				Exercícios
	Receita		Ativo		Receita
	(Despesa)		(Passivo)		(Despesa)
	2017	2017	2016	2017	2016
Volkswagen Serviços Ltda.					
Despesas de prestação de serviços	-	<u>-</u>	-	-	(151.838)
Depósitos a prazo	(949)	(22.168)	(15.093)	(2.272)	(4.954)
Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.					
Depósitos a prazo	(804)	(13.134)	(36.271)	(2.213)	(2.770)
Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.					
Depósitos a prazo	(517)	(19.843)	(1.997)	(723)	(257)
Simple Way Locações e Serviços Ltda.					
Depósitos a prazo	(1.093)	(13.421)	(9.377)	(1.599)	(4.671)
Volkswagen Participações Ltda.					
Depósitos a prazo	(3.410)	(69.686)	(16.717)	(7.950)	(1.468)
Sociais e estatutárias	-	(513.668)	(74.847)	-	-
Contas a pagar	-	(22.813)	(23.857)	-	-
Outras despesas administrativas	(114.147)	-	-	(202.712)	(93.208)
Fleetzil Locações e Serviços Ltda.					
Depósitos a prazo	(1.586)	(37.512)	(39.575)	(3.788)	(486)
Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.					
Depósitos a prazo	(25.894)	(659.504)	(548.191)	(58.154)	(37.013)
Letras financeiras subordinadas	(84.678)	(1.830.614)	(1.770.039)	(167.105)	(201.502)
Contas a receber – valores a ressarcir	-	78	8	-	-
MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.					
Contas a receber – valores a ressarcir	1.272	1.471	1.879	1.791	6.804
Volkswagen Financial Services NV					
Obrigações por empréstimos no exterior	-	-	-	-	(6.309)
Volkswagen Financial Services AG					
Contas a pagar	(1.102)	-	-	(1.102)	(1.848)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades do Grupo, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados ao Grupo no período corresponde a:

	2º semestre		Exercícios
	2017	2017	2016
Benefícios de curto prazo	2.413	5.644	7.911
Benefícios pós-emprego	83	140	176
Outros benefícios de longo prazo	<u> </u>	173	837
	2.496	5.957	8.924

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

- (a) Em atendimento a Resolução 4.557/17 do CMN, o Grupo possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos seus produtos e serviços oferecidos aos seus clientes.
- As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente.
- (i) Risco de Crédito define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, o Grupo estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;
- (ii) Risco Operacional define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. O Grupo captura e registra as perdas operacionais em base histórica, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, elabora e monitora um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas;
- (iii) Risco de Taxa de Juros define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxa de juros no capital e nos resultados do Grupo, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;
- (iv) Risco de Liquidez define-se como a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade do Banco não

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas do mercado nacional e internacional, diariamente o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

- (v) Risco Socioambiental define-se risco sócio ambiental como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambiental, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido, monitorando o cumprimento das ações estabelecidas, avaliando a efetividade das ações implementadas, bem como identificar eventuais deficiências e necessidades de ajustes;
- (vi) Gerenciamento de Capital o Grupo possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pelo Grupo, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que o Grupo está sujeito e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos do Grupo. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo do Grupo.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: www.bancovw.com.br/br/home/institucional /relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html

(b) Outras despesas administrativas

_	2º semestre		Exercícios
_	2017	2017	2016
Despesas com serviços especializados	151.211	268.663	317.706
Despesas com registro de contrato	17.068	32.889	29.202
Despesas de comunicação e manutenção	8.338	17.639	25.173
Despesas com publicidade	12.371	14.909	13.695
Despesas com depreciação e amortização	5.801	11.474	10.802
Outras despesas administrativas	1.887	3.939	9.784
=	196.676	349.513	406.362

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(c) Outras receitas operacionais

<u>-</u>	2º semestre		Exercícios
_	2017	2017	2016
Recuperação de tributos (i)	54.481	54.961	12.525
Variação monetária ativa (ii)	16.368	38.969	59.477
Recuperação de encargos e despesas	17.204	34.847	32.808
Reversão de provisões	19.050	19.446	10.717
Taxa de permanência	7.991	15.885	14.117
Outras receitas operacionais	26.723	42.368	29.825
	141.817	206.476	159.469

⁽i) Refere-se à recuperação de créditos de PIS e COFINS calculados sobre despesas de comissões.

(d) Outras despesas operacionais

	2º semestre		Exercícios
_	2017	2017	2016
Despesas com comissões	93.827	179.783	221.175
Despesas com provisões operacionais (i)	134.086	150.072	23.249
Despesas com descontos concedidos	92.943	142.981	116.442
Variação monetária passiva	34.300	64.669	70.075
Despesas com busca e apreensão Despesas de obrigações por cotas de fundos	16.723	33.831	46.901
de investimento	2.074	22.943	112.709
Outras despesas operacionais	19.075	38.113	38.909
	393.028	632.392	629.460

⁽i) Refere-se, principalmente, a despesas com provisões para contingências e obrigações legais.

(e) Receita de prestação de serviços

Refere-se à taxa de administração devida pelos participantes do consórcio.

(f) Rendas de tarifas bancárias

Referem-se, principalmente, a tarifas de confecção de cadastro, apropriadas ao resultado quando da efetivação das operações.

⁽ii) Refere-se à atualização monetária de depósitos judiciais.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras do conglomerado prudencial

em 31 de dezembro de 2017 e de 2016

Em milhares de reais

(g) Resultado não operacional

Refere-se, principalmente, ao resultado negativo na alienação de bens não de uso no montante de R\$ 24.805 (2016 – R\$ 24.857), e despesa com destinação de parte do imposto de renda – incentivos fiscais no montante de R\$ 4.406 (2016 – R\$ 3.939).

(h) Avais e fianças

Referem-se à carta de fiança bancária emitida pelo Banco, com a finalidade de garantir débitos discutidos nos processos judiciais. O saldo em 31 de dezembro de 2017 totaliza R\$ 7.422 (2016 - R\$ 6.751), cuja provisão é de R\$ 74 (2016 - R\$ 67), em conformidade com a Resolução do CMN nº 2.682/99.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em fevereiro de 2018 o Banco finalizou a operação de aquisição de créditos tributários de Prejuízo Fiscal e Base de Cálculo Negativa de CSLL de empresa do grupo para serem utilizados na liquidação de débitos junto à RFB, nos termos da legislação do PERT ao qual a Instituição aderiu (Nota 14 (d)). A compra dos créditos tributários com deságio que refletisse condições de mercado gerou um ganho de R\$ 89.226, registrado na demonstração do resultado no mesmo mês.

DIRETORIA

FABRIZIO RUGGIERO

RAFAEL VIEIRA TEIXEIRA

CONTADORA

CAMILA FALEIROS DEL POENTE Contadora - CRC 1SP290887/O-8

* * *